

# DOSSIER REDIGE – REDE DISCURSO E GÊNERO

## Dossiê Rede Discurso e Gênero

### Vulnerabilidade linguística em ambientes digitais e as forças escalares da ameaça contra mulheres

*Linguistic vulnerability in digital settings and  
scalar forces of the threat against women*

*Vulnerabilidad lingüística en escenario  
digitales y fuerzas escalares del hilo contra las  
mujeres*

#### RESUMO

Este artigo busca ampliar o debate sobre as relações entre fala e conduta discutindo condições de vulnerabilidade linguística nas ameaças contra mulheres nas coarticulações entre interações digitais e face a face. Nossa análise foca no caso das ameaças à jornalista Vera Magalhães durante a campanha eleitoral de 2022. No ambiente digital, a citacionalidade dos enunciados ameaçadores leva ao crescimento exponencial de repetições. A circulação promove transformações dos textos digitais e as repetições evidenciam o “legado citacional”, ambas características sujeitas a mudanças de escala da cadeia textual à conduta violenta invocando um cronotopo da história de violência contra mulheres.

Palavras-chave: ameaça; cronotopo; vulnerabilidade linguística; citacionalidade; conduta; ambiente digital.



Recebido em: 08 de setembro de 2023  
Aceito em: 20 de novembro de 2023  
DOI: 10.26512/les.v24i2.50742

# CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

*Papers on Language and Society*

**Amanda Diniz Vallada**

[amandavallada@discente.ufg.br](mailto:amandavallada@discente.ufg.br)

<https://orcid.org/0000-0002-5512-6087>

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia,  
GO, Brasil

**Joana Plaza Pinto**

[joplazapinto@ufg.br](mailto:joplazapinto@ufg.br)

<https://orcid.org/0000-0001-8052-9390>

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia,  
GO, Brasil

# ARTIGO

## ABSTRACT

This article seeks to broaden the debate on the relations between speech and conduct in discussing linguistic vulnerability conditions in threats against women in the coarticulations between digital and face-to-face interactions. Our analysis focuses on the threats to journalist Vera Magalhães during the 2022 election campaign. In the digital setting, the citationality of threatening statements leads to exponential growth of repetitions. The circulation promotes digital texts transformations, and the repetitions show the "citational legacy", both of them characteristics subject to changes in the scale from textual chain to violent conduct invoking a chronotope of history of violence against women.

Keywords: threat; chronotope; linguistic vulnerability; citationality; conduct; digital setting.

## RESUMEN

Este artículo busca ampliar el debate sobre las relaciones entre lenguaje y conducta al discutir las condiciones de vulnerabilidad lingüística en amenazas contra mujeres en interacciones digitales y presenciales. Nuestro análisis se centra en las amenazas a la periodista Vera Magalhães durante la campaña electoral 2022. En el escenario digital, la citación de declaraciones amenazantes conduce a un crecimiento exponencial de repeticiones. La circulación promueve transformaciones de textos digitales y repeticiones muestran el "legado citacional", ambas características sujetas a cambios de escala desde la cadena textual hasta la conducta violenta invocando un cronotopo de la historia de violencia contra mujeres.

Palabras clave: amenaza; vulnerabilidad lingüística; citación; conducta; escenario digital.

### Como citar:

VALLADA, Amanda Diniz; PINTO, Joana Plaza. Vulnerabilidade linguística em ambientes digitais e as forças escalares da ameaça contra mulheres. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 326-340, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.50742. Disponível em: . Acesso em: XXX.

### Correspondência:

Nome por extenso do autor principal  
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

### Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



## INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia 14 de setembro de 2022, Douglas Garcia, então deputado estadual por São Paulo, inicia uma interação indesejada com a jornalista Vera Magalhães nos bastidores de um debate entre candidatos ao governo do estado paulista realizado pela TV Cultura. Esse evento foi filmado por diferentes pessoas com celulares pessoais, incluindo Vera Magalhães e o próprio deputado. Caracterizado desde a primeira notícia pública como uma ameaça e hostilização contra uma mulher profissional da imprensa, essa interação indesejada movimentou a mídia jornalística e social nos dias seguintes<sup>1</sup> e foi motivo de manifestações de repúdio por parte de figuras políticas – tanto associadas quanto não associadas ao espectro bolsonarista da filiação política de Garcia – e, ainda, de ações por parte de instituições legais<sup>2</sup>.

Ainda que esse ataque tenha sido bastante recontextualizado, ele não é de forma alguma um “incidente isolado” (Cameron, 2020), no que diz respeito à ascensão bolsonarista e sua relação com profissionais da imprensa, especialmente jornalistas e comunicadoras mulheres. Em 2020, a jornalista Patrícia Campos Mello, por exemplo, foi alvo de ataques iniciados por Hans River, funcionário de uma agência de disparo em massa de mensagens pelo WhatsApp, e fomentados em redes sociais pelo então presidente e um de seus filhos<sup>3</sup>.

É expressivo, aliás, o papel da mediação digital nessas ações violentas. Mesmo na era mais otimista da análise da comunicação mediada por computador (1990-2015), estudos mostravam que um suposto potencial de equidade de gênero de participação nos ambientes digitais era apenas isso: suposto, pois as evidências já mostravam que gênero não é invisível nem irrelevante na interação online e que não há qualquer tipo de equidade de poder ou status quando o foco é o gênero (Herring; Stoerger, 2014).

Neste momento de plataformação das políticas interacionais e dos enquadres regulados por algoritmos (Varis, 2021), viralização de notícias falsas, criação de *deep fakes*, ofensas e ameaças em comentários, postagens e transmissões ao vivo operam grande parte da violência que as profissionais da imprensa vêm sofrendo. Além de ameaças e ofensas feitas em ambiente de qualidade apenas (aparentemente) offline, Magalhães e Campos Mello foram durante anos vítimas de violência online dos tipos elencados.

As situações vivenciadas por essas duas jornalistas são apenas exemplares de uma crescente violência digital contra jornalistas mulheres espalhadas por diversos países de forma tão

---

<sup>1</sup> Ex.: “Vera Magalhães é ofendida por deputado bolsonarista e se revolta: ‘Inaceitável’”: <https://natelinha.uol.com.br/eleicoes-2022-na-tv/2022/09/14/vera-magalhaes-e-ofendida-por-deputado-bolsonarista-e-se-revolta-inaceitavel-187324.php>.

<sup>2</sup> A exemplo do procedimento aberto pelo Ministério Público de São Paulo. Confira em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/09/15/mp-vai-investigar-deputado-douglas-garcia-por-stalking-e-dano-emocional-a-vera-magalhaes-diz-advogado.ghtml>. Último acesso em 01 de agosto de 2023.

<sup>3</sup> Para conhecer mais sobre o caso, confira: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51551610>. Último acesso em 01 ago. 2023.

contundente que foi objeto de pesquisa da UNESCO. No relatório do estudo, intitulado *The chilling: global trends in online violence against women journalists* (Posetti *et al.*, 2021, p. 5), vemos que

não há nada de virtual a respeito da violência online. Ela tem se tornado a nova linha de frente na segurança jornalística – e as jornalistas mulheres estão no epicentro do risco. A misoginia em rede e o *gaslighting* se interseccionam com racismo, intolerância religiosa, homofobia e outras formas de discriminação para ameaçar jornalistas mulheres – severa e desproporcionalmente. Ameaças de violência sexual e morte são frequentes e às vezes se estendem às famílias. Esse fenômeno também está vinculado à ascensão da desinformação viral, das redes de conspiração digital e da polarização política. Os impactos sobre aspectos psicológicos, físicos, profissionais e de segurança digital associados a essa crescente crise de liberdade de expressão e de igualdade de gênero estão se sobrepondo, convergindo e ficando frequentemente inseparáveis. Eles também estão progressivamente entornando para o offline, às vezes com consequências devastadoras.<sup>4</sup>

O relatório da UNESCO se mostra útil no sentido de expor a complexidade dos fatores que constroem a violência contra as mulheres profissionais da imprensa, de intolerância de vários tipos à ação online coordenada. Como veremos melhor adiante, as plataformas digitais atuam, de fato, como ambientes que catalisam os ataques contra essas mulheres, coparticipando das mudanças escalares da violência. Esses ataques coordenados têm impactos materiais na vida das mulheres atacadas: das jornalistas que participaram dos estudos da UNESCO, 26% relatam disfunções de ordem mental, 20% declaram ter se retirado completamente de redes sociais abertas e 38% afirmam ter procurado estar menos publicamente expostas no que diz respeito à preparação de matérias e reportagens (Posetti *et al.*, 2021).

Em certa medida, a ameaça a mulheres jornalistas em ambientes online articula o silenciamento de mulheres que desestabilizam o monopólio masculino sobre situações de fala pública valorada, criando empecilhos ou mesmo impedindo que elas prossigam livremente com seu trabalho – 4% das jornalistas atacadas que contribuíram com os estudos da UNESCO deixaram seus postos de trabalho e 2% abandonaram completamente o jornalismo (Posetti *et al.*, 2021).

Os mecanismos que propiciam o engendramento da violência perpetuada digitalmente não são nosso objeto de investigação neste artigo. Todavia, é importante reconhecer que a pouca ou nenhuma moderação das redes sociais ativamente proporcionam o assédio direcionado, ocultado pela ilusão de anonimato e facilitado pela infraestrutura digital, de modo que “a violência online frequentemente ‘pula’ entre plataformas em ataques orquestrados” (Posetti *et al.*, 2021, p. 14).

Esse cenário violento nos remete a diferentes escalas de ação violenta contra mulheres jornalistas, invocando um *cronotopo*, isto é, co-ocorrências de eventos em diferentes tempos e espaços (Blommaert, 2015) como blocos da história da articulação de violências contra mulheres (violência online, risco, misoginia, *gaslighting*, racismo, intolerância religiosa, homofobia, violência sexual, morte) e ideologias linguísticas generificadas (Cameron; Shaw, 2016). Essas co-ocorrências

---

<sup>4</sup> Todas as traduções foram feitas pelas autoras para fins exclusivos deste artigo.

são integradas por diferentes tipos de fala e de conduta, que estão perfeitamente sintetizadas na expressão “ameaça de violência sexual”; enquanto a ameaça se caracteriza como uma fala ou ação linguística, a violência sexual é da ordem da conduta ou da ação corporal.

Em meio à discussão sobre efeitos de atos ilocucionários em *How to do things with words*, uma afirmação aparentemente simples deixa pista teórica para pensarmos essas diferentes escalas neste mesmo cronotopo: “*our [speech] acts are acts*” (Austin, 1962, p. 105). A simplicidade dessa afirmação é sua força teórica; as relações entre fala e conduta são a problemática que caracteriza as práticas linguísticas como ações sociais. Em *Excitable Speech*, publicado originalmente em 1997, Judith Butler (1997) debateu sobre o campo de forças da linguagem, espaço em que nos constituímos e operamos, acionando estruturas, circulações e efeitos. Isso foi há um quarto de século, mas a atualidade do problema está atestada na tradução recente de seu livro no Brasil sob o título *Discurso de Ódio* (Butler, 2021).

Este artigo busca ampliar o debate sobre as relações entre fala e conduta ao discutir as condições de vulnerabilidade linguística nas ameaças contra mulheres jornalistas nas coarticulações entre interações digitais e interações face a face. Nossa análise foca no caso das ameaças à jornalista Vera Magalhães durante a campanha presidencial de 2022, fundamentada nas categorias de escala e cronotopo (Blommaert, 2015) para entender a articulação entre os movimentos textuais, citação e repetição, como forças motrizes da direção dos atos (Butler, 1997). Acreditamos que essa ampliação do debate tem o potencial de direcionar nossas análises sobre gênero como um princípio estrutural nos usos e avaliações linguísticas (Cameron, 2012; Cameron; Shaw, 2016; Litosseliti, 2006; Mcelhinny, 2014) diante das intensas extrapolações escalares do nexos online-offline (Varis, 2021; Varis; Blommaert, 2015).

Para isso, primeiro, vamos descrever o evento em foco e a rede de textos que é evocada em torno dele, procurando analisar os recursos que organizam as mudanças de escala nessa rede. Em seguida, procuramos compreender como as vulnerabilidades linguística e corporal se articulam no percurso dessas mudanças, especificamente em relação ao crescimento exponencial das repetições no ambiente digital, sobrepondo violência linguística e conduta. A seção final busca articular as consequências teóricas da nossa análise.

## **1. REDES TEXTUAIS DIGITAIS DAS AGRESSÕES CONTRA MULHERES JORNALISTAS**

A cena é reconhecível: em uma filmagem em posição de *selfie* invocando uma terceira audiência não simultânea, uma pessoa inicia uma interação com outra com uma pergunta provocativa, a pessoa que pergunta adota um turno contínuo e sobreposto a qualquer outro turno alheio que emerja na interação copresencial indicando que não espera resposta satisfatória, os enunciados enquadram qualquer resposta repetindo a pergunta e sobrepondo sentenças

afirmativas diretas com repertório de intensa afetividade (avaliações, contraditos etc.) alternando a direção da face entre a pessoa cofilmada e a audiência não simultânea “atrás da tela”.

Trata-se de uma cena própria de supostos atos de indignação “contra tudo isso que está aí”, uma negação política da Política, nos termos de Wendy Brown (2019). Por que é reconhecível? Porque circulou intensamente (e ainda circula) em nossos dispositivos digitais, desde 2013 (Andrade, 2016), em ambientes digitais sem moderação (aplicativos como WhatsApp e Telegram) ou com moderação mínima (plataformas como YouTube e Facebook) (Cesarino, 2022; Sanque, 2020).

A infraestrutura das plataformas de nova mídia acelera a velocidade da circulação de textos que compõem o nexos online/offline através de processos de desintermediação e reintermediação – isto é, processos que promovem o desengajamento do sistema pré-cibernético (como a desconfiança em relação à “mídia tradicional”) e, ao mesmo tempo, integram novos esquemas de mediação (que assumem uma posição de vanguarda para a interpretação dos enunciados). Esse tipo de vídeo é um reconhecido recurso do *modus operandi* da Direita 2.0, possibilitado pelas infraestruturas cibernéticas contemporâneas, “tanto a ênfase no plano pré-representacional dos afetos como as tendências cronotópicas (ou seja, de organização espaço-temporal) constitutivas dessas forças políticas são características dessa infraestrutura técnica” (Cesarino, 2022, p. 90–91).

Esse tipo de vídeo é o cerne do material empírico que etnografamos digitalmente (Ciborga *et al.*, 2022) e foi escolhido como estudo de caso pelo seu caráter emblemático em meio às trajetórias semióticas das agressões contra mulheres jornalistas no ambiente digital (Posetti *et al.*, 2021). Trata-se do vídeo filmado pelo celular do então deputado estadual Douglas Garcia, que segue essa estrutura cênica de “indignação”. Nossa etnografia digital desse vídeo, feito exclusivamente para o ambiente digital, nos levou a outros diferentes vídeos que circularam em torno desse evento, pois, como consequência da posse individual de dispositivos celulares com câmera, é possível encontrar diferentes ângulos do mesmo evento.

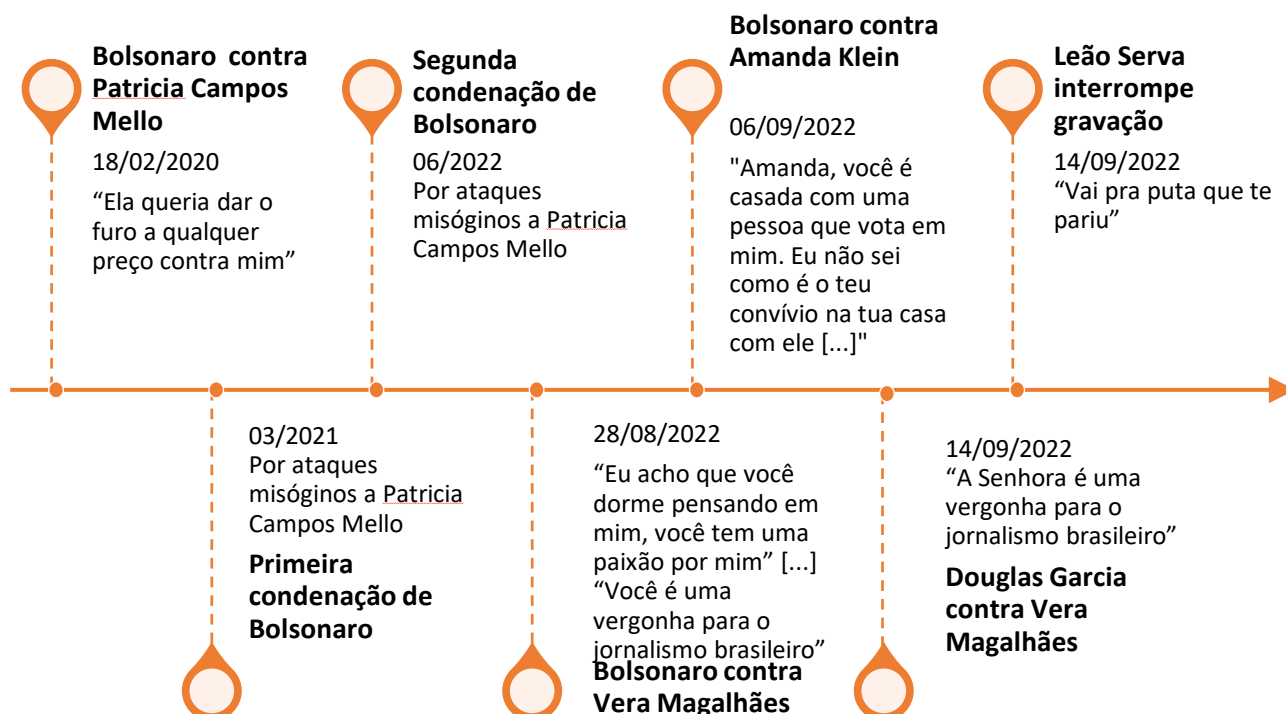
Tivemos acesso a três filmagens de ângulos diferentes, todas disponibilizadas pelo Canal UOL: a filmagem do celular do próprio deputado, a filmagem do celular da Vera Magalhães e a filmagem de um celular de pessoa anônima que captou o ângulo do evento que de fato viralizou na mesma madrugada do dia 14/09/2022 nas redes sociais: depois de cerca de um minuto da interação indesejada que mobilizava cada vez mais pessoas no entorno (é possível ver nos vídeos pelo menos três outras pessoas também filmando o ocorrido), o apresentador da TV Cultura Leão Serva retirou inadvertidamente o celular da mão do deputado, interpelando-o com uma ofensa, e arremessando o aparelho no meio das cadeiras da plateia do auditório nas dependências do Memorial da América Latina (São Paulo, SP) onde ocorria o debate. De algum ponto entre essas cadeiras esta filmagem viralizada foi feita.

Nossa análise também considerou notícias sobre o evento publicadas no decorrer do referido dia 14 e alguns textos (notícias, coluna de opinião) publicados em dias posteriores. Nessas

notícias e textos, é possível ler um eco de conexão estabelecida na viralização nas redes sociais: esse evento como uma recontextualização de outro ocorrido alguns dias antes, em 28/08/2022, em função da repetição de versões da frase “Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro” dirigida a Vera Magalhães. Essa frase foi dita por Jair Bolsonaro (então filiado ao Partido Liberal), durante o debate entre candidatas e candidatos à Presidência na TV Bandeirantes. Duas semanas depois, o deputado Douglas Garcia citou a frase enquanto filmava a interação indesejada com a jornalista: “A senhora é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”.

Assim como ecoou nas redes sociais, algumas notícias também conectam este “ataque” a outros cometidos pelo então presidente contra a jornalista Patricia Campos Mello, do jornal Folha de S. Paulo. As notícias enquadram os eventos com a participação de Bolsonaro como “ataque” e o evento com participação de Douglas Garcia como “ofensa”. Quando em agosto de 2022 o então presidente atacava a jornalista Vera Magalhães, ele já tinha sido condenado em duas instâncias diferentes por ataques à jornalista Campos Mello. Alguns dias após o ataque a Magalhães, o então presidente mencionou em uma entrevista pública a Jovem Pan fatos de vida privada e sentimental da jornalista Amanda Klein. Os atos, os agentes e os textos centrais produzidos em cada ato podem ser esquematizados numa linha do tempo:

**Figura 1 – Linha do tempo dos eventos relacionados explicitamente**



Fonte: Autoras (2023)

Um homem em posição de autoridade política (ex., deputado e presidente) assedia publicamente uma mulher profissional do jornalismo no momento em que ela participa como jornalista num evento de interesse público. Isso é reconhecível como a mesma estrutura exemplar analisada no artigo seminal de Erving Goffman (2013, p. 109–110): “[...] uma mulher deve estar sempre de prontidão [...] para que outros lhe alterem o chão onde pisa, uma vez que **está sujeita a se transformar momentaneamente em objeto de atenção e aprovação**, e não – ou não apenas – participante da ação.” Goffman faz essa afirmação ao analisar a mudança de *footing* que o então presidente Nixon constrói, ao final de uma sessão com jornalistas em 1973, quando ele passa a comentar a aparência da jornalista Helen Thomas, como um “um momento na política de gênero” (Goffman, 2013, p. 109). A violência dirigida a mulheres jornalistas compreende recursos de diversas camadas, como conjuntura política, infraestrutura digital, instituição e campo social, além da política de gênero. Como observam James Collins e Stef Slembrouck (2009, p. 38) ao comentarem o caso de Nixon descrito por Goffman, essas diferentes camadas operam esquemas sociais de longas e extensivas escalas de tempo e espaço no contexto das condutas comunicativas.

Não se pode esquecer que essas mulheres são comunicadoras públicas – produzem matérias, fazem entrevistas, mediam a informação à audiência, emitem opinião em produtos que são lidos, assistidos, escutados, comentados, aprovados, refutados por milhares de pessoas todos os dias. Jornalistas mulheres são, portanto, mulheres de fala pública, mulheres que se engajam cotidianamente em práticas de linguagem públicas e estimadas. Pensar a ação linguística das mulheres em contextos públicos implica considerar uma situação que é, de certa maneira, cultural e historicamente esdrúxula. Afinal, a participação feminina em eventos culturalmente valorados de fala pública é um fenômeno relativamente recente no Ocidente, especialmente se considerarmos atividades de fala de participação mista (Bean, 2006), ou seja, de participação tanto feminina quanto masculina.

A produção linguística pública socialmente estimada por parte das mulheres rompe com a dinâmica dualista que delega aos homens a fala pública e às mulheres a fala privada (Gal, 2002; Pratt, 2013). Na lógica que organiza esse dualismo, individualidade, sentimento e amor são princípios que formam a esfera privada, ao passo que comunidade, racionalidade e dinheiro formam a esfera pública (Gal, 2002; Vallada, 2021). É nesse cenário histórico-cultural que se encontram as mulheres de fala pública, constantemente negociando espaços, posições e possibilidades de produção linguística (Collins; Slembrouck, 2009; Goffman, 2013), tomando para si mais do que a “sombra de linguagem” (Cameron, 1992) que lhes foi delegada no funcionamento sexista da linguagem.

A associação entre a fala das mulheres e o espaço privado é certamente uma ideologia linguística distintiva da Modernidade ocidental que ainda faz parte das concepções de linguagem e gênero do tempo corrente (Cameron, 2012). Esse tipo de avaliação generificada da linguagem consiste no que a Antropologia Linguística chama de **ideologia linguística**. As ideologias



linguísticas “são concepções, quer explicitamente articuladas, quer incorporadas na prática comunicativa, que retratam tentativas incompletas, ou ‘parcialmente bem-sucedidas’, de racionalizar o uso linguístico”, conforme define Paul Kroskrity (2004, p. 496). Deborah Cameron e Sylvia Shaw (2016), por sua vez, enfatizam que as ideologias linguísticas idealizam o objeto que parecem apenas descrever, tornando inteligíveis práticas de linguagem complexas através de simplificações e generalizações que ressaltam aspectos consonantes a interesses morais e políticos e apagam aspectos dissonantes a tais interesses (Irvine, 1989; Irvine; Gal, 2000).

As jornalistas Magalhães, Klein e Campos Mello, ao operarem em disparidade com a fusão ideológica entre mulheres, fala feminina e esfera privada, perturbam os princípios de sentimentalidade e individualidade associados a esse eixo. Por isso, os ataques dirigidos a elas praticados por autoridades políticas abusam de recursos que aludem a suas vidas pessoais, seus interesses românticos e sua emotividade. Bolsonaro diz a Magalhães que ela tem “uma paixão por ele”, que ela “dorme pensando nele”; alguns dias depois, ele menciona o casamento de Klein em entrevista a ela. Nessas condutas, a legitimidade da voz pública das jornalistas é colocada em xeque, bem como a eficiência de sua racionalidade, formando a oposição público X privado como diferentes escalas nas recontextualizações das suas falas.

Essas recontextualizações, como racionalizações e simplificações linguísticas que atuam no esforço de reintegrar a voz pública das mulheres ao lugar do privado e do emocional, se mostram relevantes quando as condições materiais de participação interacional das jornalistas são desestabilizadas. A combinação de gênero e emoção para a avaliação ofensiva da linguagem das mulheres em contextos públicos, como mostra Lia Litosseliti (2006), performa ações sociais e discursivas que vão desde a contestação do argumento até a influência sobre o trabalho interacional requerido das participantes. Nos eventos que destacamos aqui, a ideologia linguística da voz feminina emocional é temporalmente recuperada para co-organizar a mudança de escala da violência contra as jornalistas.

Por isso, se o material que compilamos constrói incontáveis eventos ofensivos ou “ataques” como o passado da interação indesejada entre o então deputado e a jornalista, no evento em foco, é porque “o poder constitutivo da linguagem transcende o tempo da produção/percepção do enunciado” (Ochs, 1992, p. 345). Essas trajetórias semióticas sobre as agressões ao status de mulheres jornalistas construídas em textos e interações digitais são pontos nas trajetórias semióticas de eventos similares à zombaria de Nixon contra uma jornalista em 1973 analisada por Goffman (2013). Como essa “relação temporalmente transcendente” (Ochs, 1992) atua na distribuição de atos e condutas nessa política do gênero entre autoridades públicas e mulheres jornalistas?

## 2. VULNERABILIDADE LINGÜÍSTICA, CITACIONALIDADE E CONDUTA NA RESSEMIOTIZAÇÃO DIGITAL

De Austin a Goffman, atos são reconhecidos na forma de rituais,

[...] repetido no tempo, e, conseqüentemente, mantém uma esfera de operação que não é restrita ao momento do próprio enunciado. O ato de fala ilocucionário performa sua ação *no momento* do enunciado, contudo, na medida em que o momento é ritualizado, nunca é apenas um momento único. O “momento” no ritual é uma **historicidade condensada**: excede-se em direções passadas e futuras, um efeito de invocações anteriores e futuras que constituem e escapam à instância da enunciação. (Butler, 1997, p. 3. Grifos nossos).

Para entender essa “historicidade condensada”, começamos com a noção bakhtiniana de cronotopo, como interpretada por Blommaert (2015, p. 109), para entender essa “co-ocorrência de eventos de diferentes tempos e espaços”. Um cronotopo pode ser identificado no modo complexo como diferentes eventos interacionais são indexicalmente correlacionados como “o mesmo” ou “do mesmo tipo”, não apenas por mero alinhamento denotacional (o “conteúdo” que é referido pelo que é “dito”), mas por aspectos pragmáticos e metapragmáticos da sua organização. Essas correlações, portanto, regimentam valores implícitos e evocam práticas sedimentadas, pressupondo como apropriado (passado do ato de fala) e acarretando seus efeitos em dado parâmetro contextual (futuro do ato de fala) (Silverstein, 2003), apontando não apenas para a posição social que quem fala visa projetar, mas também para a posição social projetada para quem escuta (Ochs, 1992), muito além da figura reduzida da interlocutora explicitamente ratificada, identificando posições num dado evento.

Assim é que notamos uma sobreposição de ocorrências no mesmo cronotopo num contínuo de recontextualizações e pré-contextualizações. Quando as notícias sobre a “ofensa” do deputado contra a jornalista referem a outros eventos prévios e nós relacionamos com o evento analisado por Goffman (2013), estamos apontando valores implícitos e evocando certas práticas de hierarquização de gênero em espaços públicos. “Ataques” e “ofensas” são invocações de posições generificadas, que indiciam estereótipos culturais e histórias condensadas (Pinto, 2015), sintetizadas na mesma sequência de fala do ex-presidente contra a jornalista no debate presidencial de 28/08/2022: mulheres como objetos de falas e condutas sexualizadas (“Eu acho que você dorme pensando em mim, você tem uma paixão por mim”) ou mulheres como objetos não-profissionais ou não-sujeitos profissionais (“Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”). Atos de violência linguística dependem daquilo que torna comunicável a violência, uma vez que certos usos se tornam emblemáticos porque são citáveis, ou seja, circulam repetida e constantemente (Silva; Alencar, 2014).

Mas o que torna legítimo o paralelismo entre “ataque” e “ofensa” na correlação entre os eventos de 28/08 e 14/09/2022? “Ataques” linguísticos, assim como “ofensas”, são correlacionados à ameaça, ou seja, excedem o tempo da sua enunciação acarretando efeitos “criativos”, no sentido

de Silverstein (2003) de criar condições para atos futuros contra quem é interpelada pelos “ataques” e “ofensas”. Como explicita Butler (1997, p. 9): “Embora a ameaça não seja exatamente o ato que ela pressagia, ela ainda é um ato, um ato de fala, que não apenas anuncia o ato que está por vir, mas registra uma certa força na linguagem, uma força que ao mesmo tempo pressagia e inaugura uma força subsequente.”

Está evidente até aqui que não apenas um cronotopo da política de gênero (tempo e espaço da distribuição generificada dos atos) organiza o caso sob análise, mas uma temporalidade opera a natureza dos atos de fala como condutas. O ato de fala de ameaça é a promessa de uma conduta futura, “a ameaça prefigura ou, na verdade, promete um ato corporal, mas já é um ato corporal, estabelecendo assim no seu próprio gesto os contornos do ato que está por vir” (Butler, 1997, p. 11).

O ato de fala tanto prenuncia quanto é o próprio ato corporal, que causa medo e funciona como ameaça porque ele relembra, ou reencena, como chama Butler (1997), endereçamentos pretéritos que permitem que o ato corrente seja percebido como “ameaçável”. Aquilo que chamamos de cena reconhecível no início da seção 2, não é reconhecível somente porque foi um episódio altamente circulado e ressemiotizado, mas, também, porque atende àquilo que identificamos como ameaça de violência física.

Nesse sentido, a violência linguística que antecipa e preludia o ato corporal expõe a vulnerabilidade do corpo endereçado num dado campo social. No ambiente digital, o caráter citável dos enunciados leva ao crescimento exponencial de repetições em escalas antes impensáveis, como desdobramento daquilo que Letícia Cesarino chama de “aceleração da temporalidade sociotécnica” (Cesarino, 2022, p. 88). Essa escalabilidade constitui uma progressão ameaçadora da repetição da citação em direção à conduta. Por um lado, uma ameaça se transforma ao circular no ambiente digital sob a forma de postagem compartilhada e comentada incontáveis vezes, recontextualizada, recontextualizada, reavaliada e reenquadrada em diversas outras formas, como postagens em outras plataformas, relatos, memes etc. Por outro lado, o aumento exponencial de repetições se articula com o que Judith Butler (1997) chamou de “legado citacional” do ato de fala, fazendo dos itens repetidos e transformados ao longo do trajeto digital objetos discursivos explicitamente reflexivos, como provam as notícias que relacionam o caso de Vera Magalhães aos demais casos contra jornalistas mulheres. Essas duas características da circulação digital da ameaça estão sujeitas a mudanças de escala na cadeia de textos e, portanto, sedimentam o caminho em direção à conduta violenta, estabelecendo uma ponte entre a violência linguística e a violência física.

A proximidade de corpos na interação indesejada imposta pelo deputado contra Magalhães mostram a progressão da violência linguística para a violência física, deixando em evidência a vulnerabilidade de corpos e das falas femininas. Há uma sobreposição da conduta desse populismo digital citado por Douglas Cesarino (estrutura reconhecível da filmagem) e a história das condutas

de ameaças corporais contra mulheres. O ato de ameaça, então, se torna uma ameaça não só pelo ato locucionário (o que é dito), mas pela conduta do corpo nos atos de fala ofensivos nesse modus operandi do populismo digital (projeção de atos futuros).

### 3. CONCLUSÃO

Ao analisar a interação indesejada entre o deputado Douglas Garcia e a jornalista Vera Magalhães, nos encontramos numa rede de textos, que circulam entre dispositivos digitais de participantes co-presenciais e plataformas de mídia tradicional e redes sociais de participações não simultâneas. Essa circulação promove transformações dos textos digitais e as repetições evidenciam o “legado citacional” dos atos, ambas características sujeitas a mudanças de escala da cadeia de textos à conduta violenta. A mudança de escala da fala agressiva contra mulheres é, então, uma mudança da fala em direção à conduta como ato futuro projetado, evidenciando um cronotopo da história da violência contra as mulheres.

A vulnerabilidade linguística é uma categoria para a compreensão desse cronotopo da violência como um ato de fala ao mesmo tempo linguístico e corporal. Essa categoria é produtiva na avaliação das forças e efeitos de atos de violência linguística, uma vez que oferece mecanismos teóricos para compreender a ameaça como um ato que enuncia tanto corpos vulneráveis quanto corpos violentadores. É central nesse debate a citacionalidade dos enunciados ameaçadores e o caráter citável de outras estruturas convencionais invocadas em atos de fala que operam o efeito de ameaça.

Se é verdade que, em 1973, a jornalista Helen Thomas participou da zombaria de Nixon fazendo uma pirueta de bailarina no Salão Oval da Casa Branca e ratificando sua invocação como objeto generificado (Goffman, 2013, p. 143), não é mais isso que ocorre no início do século XXI. Depois de meio século, essas zombarias e desqualificações estão se tornando cada vez mais elas mesmas objetos jurídicos em processos contra essas figuras públicas que desqualificam mulheres jornalistas (Posetti *et al.*, 2021). E, o mais importante, as decisões, por enquanto, correm a favor das mulheres.

Isso é possível porque “a possibilidade de um ato de fala ressignificar um contexto anterior depende, em parte, da lacuna entre o contexto originário ou a intenção pela qual um enunciado é animado e os efeitos que ele produz.” (Butler, 1997, p. 14). O cronotopo da história da violência contra as mulheres identificado nas histórias invocáveis dessa violência é dinâmico e está submetido a ser reestruturado em termos de padrões e agenciamentos e, por conseguinte, reposicionado em termos de valores e significados. É o percurso de mudança projetado que anima esta análise: das invocações do “privado” e da “incompetência profissional” às notícias que reconhecem a violência linguística e a avaliam como repudiável e inaceitável.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Olívia Costa de. **“Contra tudo isto que está aí”: moralismo e política nas manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa**. 2016. 144 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- AUSTIN, John L. **How to do things with words**. London: Oxford University Press, 1962.
- BEAN, Judith. Gaining a public voice: a historical perspective on American women’s public speaking. *In*: BAXTER, Judith Mattson (org.). **Speaking out: the female voice in public contexts**. Londres: Palgrave Macmillan, 2006. p. 21–39.
- BLOMMAERT, Jan. Chronotopes, Scales, and Complexity in the Study of Language in Society. **Annual Review of Anthropology**, v. 44, n. 1, p. 105–116, 2015.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: Uma política do performativo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2021.
- BUTLER, Judith. **Excitable speech: A politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.
- CAMERON, Deborah. **Feminism and Linguistic Theory**. 2. ed. Londres: Macmillan, 1992.
- CAMERON, Deborah. **Incidentes isolados**. 2020. Disponível em: <https://contxt.letras.ufrj.br/incidentes-isolados/>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- CAMERON, Deborah. **Verbal Hygiene**. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2012.
- CAMERON, Deborah; SHAW, Sylvia. **Gender, power and political speech: Women and Language in the 2015 UK General Election**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- CARRANZA, Isolda E. Digital first-order place, velocity and chronotope in globalized communication. *In*: PARINI, Alejandro; YUS, Francisco (org.). **The Discursive Construction of Place in the Digital Age**. New York: Routledge, 2023. p. 47–65.
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CIBORGA, Coletiva *et al.* **Etnografia digital: Um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais**. Goiânia: Cegraf, 2022.
- COLLINS, James; SLEMBROUCK, Stef. Goffman and globalization: frame, footing and scale in migration-connected multilingualism. *In*: COLLINS, James; SLEMBROUCK, Stef; BAYNHAM, Mike (org.). **Globalization and language contact: Scale, migration, and communicative practices**. London: Continuum, 2009. p. 19–41.
- GAL, Susan. A Semiotics of the Public/Private Distinction. **differences**, v. 13, n. 1, p. 77–95, 2002.
- GOFFMAN, Erving. Footing. *In*: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (org.). **Sociolinguística interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 107–148.
- HERRING, Susan C.; STOERGER, Sharon. Gender and (A)nonymity in Computer-Mediated Communication. *In*: EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet (org.). **The Handbook of Language, Gender, and Sexuality**. 2. ed. Malden: Wiley Blackwell, 2014. p. 567–586.
- IRVINE, Judith. When talk isn’t cheap: language and political economy. **American Ethnologist**, v. 16, n. 2, p. 248–267, 1989.
- IRVINE, Judith; GAL, Susan. Language ideology and linguistic differentiation. *In*: KROSKRITY, Paul (org.). **Regimes of Language: ideologies, politics and identities**. Santa Fé: School of American Research Press, 2000. p. 35–84.

- KROSKRITY, Paul. Language ideologies. *In*: DURANTI, Alessandro (org.). **A Companion to Linguistic Anthropology**. Malden: Blackwell, 2004. p. 496–517.
- LITOSSELITI, Lia. Constructing gender in public arguments: the female voice as emotional voice. *In*: BAXTER, Judith (org.). **Speaking out: the female voice in public contexts**. Londres: Palgrave Macmillan, 2006. p. 40–58.
- MCELHINNY, Bonnie. Theorizing Gender in Sociolinguistics and Linguistic Anthropology: Toward Effective Interventions in Gender Inequity. *In*: EHRLICH, Susan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet (org.). **The Handbook of Language, Gender, and Sexuality**. 2. ed. Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd, 2014. p. 48–67.
- OCHS, Elinor. Indexing gender. *In*: DURANTI, Alessandro; GOODWIN, Charles (org.). **Rethinking context: Language as an interactive phenomenon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 335–358.
- PINTO, Joana Plaza. De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 31, n. Special Issue, p. 199–221, 2015.
- POSETTI, Julie *et al.* **The chilling: global trends in online violence against women journalists**. Unesco, 2021.
- PRATT, Mary Louise. Utopias Linguísticas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 52, n. 2, p. 437–459, 2013.
- SANQUE, Douglas Roberto Knupp. **“Pela família”; Múltiplas indexicalidades do signo “família” na comunicação do impeachment de Dilma Rousseff**. 2020. 289 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Linguística Aplicada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.
- SILVA, Daniel; ALENCAR, Claudiana de. Violência e significação: uma perspectiva pragmática. *In*: SILVA, Daniel; FERREIRA, Dina; ALENCAR, Claudiana de (org.). **Nova Pragmática: Modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 259–282.
- SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language and Communication**, v. 23, n. 3–4, p. 193–229, 2003.
- VALLADA, Amanda Diniz. **Inventando a diferença: ideologias linguísticas e história natural dos discursos do novo biologismo**. 2021. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Goiânia, 2021.
- VARIS, Piia. Digital ethnography in the study of language, gender, and sexuality. *In*: ANGOURI, Jo; BAXTER, Judith (org.). **The Routledge handbook of language, gender, and sexuality**. New York: Routledge, 2021. p. 164–177.
- VARIS, Piia; BLOMMAERT, Jan. Conviviality and collectives on social media: Virality, memes, and new social structures. **Multilingual Margins**, v. 2, n. 1, p. 31–45, 2015.

## **O/A(S) AUTOR(ES/AS)**

### **Amanda Diniz Vallada**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de Doutorado da CAPES. E-mail: amandavallada@discente.ufg.br

### **Joana Plaza Pinto**

Professora Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. E-mail: joplazapinto@ufg.br